

Participação nos Lucros e Resultados

Categoria rejeita contraproposta da Petrobrás

Federação indicará greve com parada de produção, caso empresa não avance em relação à PLR 2004

Nesta segunda-feira, 25, a Federação Única dos Petroleiros entrega oficialmente à empresa, o resultado das assembléias da categoria petroleira que rejeitou a contraproposta apresentada pela Companhia de distribuição da PLR 2004. A Federação dará um prazo até sexta-feira, 29, para que a empresa apresente uma nova proposta que atenda as reivindicações da categoria. Os trabalhadores disseram não à primeira proposta da empresa que, pelo segundo ano consecutivo, mantém uma distribuição que não avança em nada na linearidade nem propõe um aumento do montante a ser distribuído.

Totalidade das assembléias de base rejeita proposta da empresa

Conforme indicação da Federação, todas as assembléias de base da categoria rejeitaram a contraproposta da empresa de distribuição da PLR 2004. Rejeitaram a proposta os Sindipetros Manaus, Pará, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas/Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Caxias, Norte Fluminense, Unificado de São Paulo, São José dos Campos, Litoral Paulista, Paraná e Rio Grande do Sul. O Sindipetro-RJ vai deliberar sobre o indicativo de rejeição da Federação a partir do dia 25.

Partindo de conceitos errados, o RH da empresa esteve visitando os locais de trabalho com o objetivo de justificar para os trabalhadores a proposta rejeitada pela categoria de

um montante de PLR menor do que o distribuído no ano passado. A empresa quer convencer os trabalhadores que a participação nos lucros e resultados pode ser entendida como salário, o que não é verdade. Todas as nossas conquistas mais recentes, como as reposições salariais, ganhos reais, benefícios como o auxílio-educação, reajuste do auxílio-alimentação e outros, são resultado das nossas campanhas reivindicatórias e nada tem a ver com a PLR.

PLR não é salário

A participação nos lucros e resultados da empresa significa a distribuição, entre os trabalhadores, de parte do montante de capital produzido como lucro pela Companhia com o suor de toda a categoria. Pela legislação vigente, a empresa pode distribuir até 25% do montante dos dividendos distribuído aos acionistas entre os trabalhadores, o que nunca foi feito.

Criada no governo FHC, a PLR foi utilizada como instrumento para acabar com a política salarial dos trabalhadores, para enfraquecer as campanhas reivindicatórias e dividir os trabalhadores.

Para acionistas, o tratamento é outro

Para os acionistas da empresa, os 'donos' do capital empregado na produção, a Petrobrás tem dispensado tratamento bem diferente do que para os trabalhadores. Após o fechamento do acordo coletivo 2004/2005, a FUP cobrou da empresa

uma proposta de antecipação da PLR de 2004, o que só foi apresentado pela Companhia no último dia 10 de fevereiro. Enquanto isso, a Companhia já havia provisionado, em setembro de 2004, um adiantamento de R\$ 3,29 bilhões que já foram pagos aos acionistas em fevereiro deste ano.

Como já alertamos, a proposta de um montante de R\$ 660 milhões para a PLR 2004, apresentada pela direção da Petrobrás, é inferior à PLR de 2003 (R\$ 777 milhões). Essa redução nada tem a ver com o aumento do número de funcionários ou com reajustes salariais ou qualquer outra medida que possa ser apresentada como justificativa pela direção da empresa, já que o lucro da Petrobrás, em 2004, foi de R\$ 17,7 bilhões, 1,3% superior ao obtido no ano anterior.

Sem nova proposta, categoria responderá com parada de produção

As bases já demonstram a disposição de lutar pela PLR 2004 justa e igual para todos. A manifestação dos trabalhadores pôde ser comprovada nas mobilizações da Semana do Trancaço e na paralisação de 24 horas do dia 31 de março.

Caso a direção da companhia não apresente uma proposta que contemple nossas reivindicações até o dia 29, a Federação marcará o início das greve por tempo determinado, de cinco dias, com parada de produção, conforme o indicativo do Conselho Consultivo.

FUP cobra proposta para os problemas da Petros

No último dia 31 de março, o encerramento do Grupo de Trabalho de Previdência Complementar - GTPC completou um ano. Criado a partir do Acordo Coletivo de 2003/2004, esse GT começou a se reunir em novembro de 2003, com a participação de representantes da FUP/Sindicatos, da Petrobrás e da Petros. Seu objetivo foi diagnosticar os problemas do Plano Petros e apresentar as possíveis soluções. Apesar de não ter caráter deliberativo, o GTPC apresentou uma série de propostas para solucionar os problemas do Plano Petros e da nossa Fundação, dentre os quais, destacamos:

- Fim do limite de idade para o Grupo 79/79;
- Correção do cálculo das pensões;
- Ingresso dos excluídos do Plano Petros (pré-existente, pré-70, retardatários da inscrição tardia e das cláusulas 33 e 45 dos acordos coletivos de 84/85 e 85/86 e readmitidos nas empresas patrocinadoras do Plano);
- Equacionamento de todos os déficits do Plano através do seu saldamento;
- Novo modelo de previdência para

os novos trabalhadores;

- Gestão do novo modelo através de um Comitê formado, majoritariamente, pelos representantes dos trabalhadores;

“A direção da FUP não aceitará qualquer tentativa de implantação de um novo plano enquanto não forem resolvidos os problemas do atual Plano Petros”

- Paridade na gestão da Fundação (diretoria e conselhos) com eleição da metade dos membros da direção e o fim do voto de qualidade nos Conselhos Deliberativo e Fiscal.

Desde o término do GTPC, a Petrobrás e a Petros têm estudado como implementar as propostas surgidas neste Grupo.

Contudo, passado mais de um ano do fim dos trabalhos desse GT, nada de concreto foi apresentado à Federação. Na semana passada, a FUP enviou um ofício ao presidente da Petrobrás, José Eduardo Dutra, cobrando, em caráter de

urgência, a proposta da empresa para os problemas da Petros. Enquanto isso, várias gerências têm informado aos trabalhadores que a empresa já tem um novo Plano e que este seria apresentado à Federação. Essa postura da empresa tem gerado muita desconfiança na categoria. Enquanto isso, os problemas da Petros se arrastam, há muitos anos, sem solução.

A FUP defende que, antes de qualquer definição quanto ao modelo de previdência dos novos trabalhadores, é necessário que sejam resolvidas todas as pendências do Plano Petros.

A direção da FUP não aceitará qualquer tentativa de implantação de um novo plano enquanto não forem resolvidos os problemas do atual Plano Petros e entende que qualquer nova tentativa nesse sentido irá fracassar, a exemplo do que aconteceu com o Plano Petrobrás Vida (PPV).

Diante dessa situação, a FUP aguarda que a direção da empresa se pronuncie o mais brevemente possível. A categoria espera ansiosa uma solução para os problemas da Petros.

XI CONFUP

Congresso dos petroleiros tem como tema a resistência da categoria ao projeto neoliberal

Greve de 1995 – O marco da derrota do neoliberalismo com o resgate da dignidade dos petroleiros é o tema do XI Congresso Nacional dos Petroleiros, nos dias 1 a 3 de julho, em São Paulo (SP).

O Congresso deste ano resgatará um dos marcos históricos das lutas da categoria: a greve

nacional de 1995, quando os petroleiros paralisaram as atividades e mobilizaram o país durante 32 dias seguidos, de 1º de maio a 2 de junho. Mais de 90% da categoria cruzaram os braços nas refinarias, plataformas, terminais de distribuição e nas unidades administrativas da Petrobrás. Neste momento, caiu a máscara da farsa neoliberal do governo FHC e teve início

o processo de resgate das condições de trabalho dos petroleiros.

Para a realização do CONFUP nesta data, os sindicatos devem realizar os Congressos Regionais até o dia 5 de junho. As teses nacionais devem ser enviadas para a Federação até o dia 15 de maio para servirem de base das discussões preparatórias para o Congresso na capital paulista.